

Educação entre imigrantes em São Paulo no início do século XX**Zeila de Brito Fabri Demartini (UMESP/CERU/CNPq)**

Os estudos sobre educação no período inicial do século XX em São Paulo ainda não exploraram suficientemente a problemática da diversidade populacional e as diferentes demandas por educação que então se verificavam. Geralmente o sistema educacional é tratado como único, referindo-se muitos estudos apenas à existência do ensino público oficial. A análise das experiências de grupos diversificados étnica e culturalmente, como os imigrantes, ajudam a ampliar as questões sobre a educação da população nesse período. Os sujeitos imigrantes ao se deslocarem de um contexto para outro, com suas experiências anteriores, estabeleceram relações tensas, ambíguas e até contraditórias no novo contexto, pois carregavam sempre as marcas de seu contexto de origem. (SAYAD, 2000; BONVIN, HANDA, 1987; SAITO, 1980; SOCTT, 2001; SEYFERTH, 1988; VAINER, 1996; KISHIMOTO; DEMARTINI, 2010). Não é possível, entretanto, falar no Estado de São Paulo de imigrantes de forma genérica, pois tanto hoje como historicamente os imigrantes também se diferenciavam. Assim, observam-se entre os imigrantes muitas vivências diferentes com relação à educação e a alfabetização. Levando em conta essa complexidade, analisamos a alfabetização e escolarização entre imigrantes, tomando por base pesquisas que realizamos no estado de São Paulo sobre as relações entre diferentes grupos e o campo educacional, a partir da análise das fontes diferenciadas. Trabalhamos com a complementaridade de fontes: documentos escritos dos grupos, legislação, narrativas orais e fontes imagéticas, mas os relatos dos imigrantes foram fontes privilegiadas. Levantamos alguns pontos que evidenciam a diversidade e complexidade das situações vivenciadas em São Paulo pelos grupos quanto à alfabetização/escolarização. Que dependiam das condições (econômicas, políticas, educacionais) do contexto em que se inseriram. Constatamos que: as vivências variaram ao longo do tempo e que as famílias e o ensino estiveram sob a influência tanto do Estado brasileiro como dos Estados de origem, em períodos de nacionalismos e guerras; a alfabetização/escolarização na língua de origem sempre foi incentivada pelas famílias, que geralmente se uniam para conseguir professores para tanto, mas não havia um padrão único, variando o tipo de escolas frequentadas; entre alguns grupos de imigrantes foi possível observar que muito antes da pressão forte do Estado e do nacionalismo brasileiro sobre os mesmos, impondo um modelo único de escolarização na língua portuguesa, muitas escolas étnicas já ensinavam os alunos nas duas línguas (a percepção das necessidades a serem superadas no novo contexto parece ter sido determinante para essa opção, frequente entre os que se relacionavam com o mercado mais amplo e nas áreas urbanas); as formas encontradas pelas famílias e escolas para burlar o Estado e as restrições sobre o ensino na língua estrangeira foram variadas e eficientes; se o Estado brasileiro via na alfabetização em português uma forma de assimilação forçada dos imigrantes, eles mesmos tentavam apoderar-se da nova língua para poderem relacionar-se e enfrentar os desafios na nova terra, sem abandonar sua cultura. Tais questões abordadas remetem diretamente à situação dos deslocamentos atuais no mundo e às políticas de Estado.

